



Fecomércio RN
Sesc | Senac



JORNAIS - PORTAIS - BLOGS

ANÁLISE DE MÍDIA

RIO GRANDE DO NORTE

Veículo: Tribuna do Norte
(online)

Data: 09/01/2020

Caderno/Coluna:
Geral

Fecomércio

Aspecto:
Positiva

Demolição...

A tão aguardada demolição do antigo Hotel dos Reis Magos, que iniciou-se ontem, deixou em sossego a Prefeitura do Natal, o grupo de Hotéis Pernambuco, donos do antigo prédio, os empresários da construção civil e da Fecomercio. Para não ser injusta, vamos incluir também a população incomodada com a feiura da paisagem e com os bichos que habitavam a área.

...sem unanimidade ...

Mas, “como toda unanimidade é burra”, já proclamava Millôr Fernandes, o Fórum Direito à Cidade encaminhou documento à governadora se posicionando contra a demolição e, “na defesa do direito das comunidades do entorno do Hotel – Santos Reis, Brasília Teimosa e Rocas- de continuarem a habitar dignamente o local e de enfrentarem as perversas propostas da revisão do Plano Diretor de Natal, que colocam estas populações em risco de expulsão pela força do capital econômico.”

Oxalá!!!!

...e transparência

Se o Fórum Direito à Cidade coloca em xeque as boas intenções de tantos para com à Cidade do Natal, está na hora da Câmara Municipal abrir o olhómetro e esclarecer à população quais os interesses por trás dos grupos econômicos que defendem o desenvolvimento e o crescimento da cidade.

Certamente, as boas práticas serão aplaudidas.

Veículo: Tribuna do Norte (impresso)	Data: 09/01/2020	Caderno/Coluna: Viver/Rosalie Arruda	Fecomércio	Aspecto: Positiva
--	-------------------------	--	------------	-----------------------------

a população incomodada com a feiura da paisagem e com os bichos que habitavam a área.

Demolição...

A tão aguardada demolição do antigo Hotel dos Reis Magos, que iniciou-se ontem, deixou em sossego a Prefeitura do Natal, o grupo de Hotéis Pernambuco, donos do antigo prédio, os empresários da construção civil e da Fecomercio. Para não ser injusta, vamos incluir também

...sem unanimidade ...

Mas, “como toda unanimidade é burra”, já proclamava Milôr Fernandes, o Fórum Direito à Cidade encaminhou documento à governadora se posicionando contra a demolição e, “na defesa do direito das comunidades do entorno do Hotel – Santos Reis, Brasília Teimosa e Rocas-de continuarem a habitar digna-

coloca em xeque as boas intenções de tantos para com à Cidade do Natal, está na hora da Câmara Municipal abrir o olho e esclarecer à população quais os interesses por trás dos grupos econômicos que defendem o desenvolvimento e o crescimento da cidade.

Certamente, as boas práticas serão aplaudidas.

mente o local e de enfrentarem as perversas propostas da revisão do Plano Diretor de Natal, que colocam estas populações em risco de expulsão pela força do capital econômico.”

Oxalá!!!!

...e transparência

Se o Fórum Direito à Cidade

Veículo: Tribuna do Norte (online)	Data: 09/01/2020	Caderno/Coluna: Geral	Fecomércio	Aspecto: Positiva
--	-------------------------	---------------------------------	------------	-----------------------------

Repercussão da demolição

O presidente da Fecomércio, Marcelo Queiroz, afirmou ontem que recebeu com “alegria e entusiasmo” a notícia da autorização para demolição das ruínas do antigo Hotel Reis Magos. Ele elogiou a atuação do prefeito Álvaro Dias e disse que esse foi “um enorme primeiro passo rumo à retomada do crescimento daquela região da cidade. “Algo que tende a se complementar com as futuras mudanças no nosso Plano Diretor, que acreditamos serão aprovadas em breve pela Câmara Municipal”, destacou.

Veículo: Tribuna do Norte
(impresso)

Data: 09/01/2020

Caderno/Coluna:
Opinião

Fecomércio

Aspecto:
Positiva

Repercussão da demolição

O presidente da Fecomércio, Marcelo Queiroz, afirmou ontem que recebeu com “alegria e entusiasmo” a notícia da autorização para demolição das ruínas do antigo Hotel Reis Magos. Ele elogiou a atuação do prefeito Álvaro Dias e disse que esse foi “um

enorme primeiro passo rumo à retomada do crescimento daquela região da cidade. “Algo que tende a se complementar com as futuras mudanças no nosso Plano Diretor, que acreditamos serão aprovadas em breve pela Câmara Municipal”, destacou.

Veículo: Grande Ponto

Data: 09/01/2020

Caderno/Coluna:
Geral

Fecomércio

Aspecto:
Positiva

Fecomércio: 'Fim do Hotel Reis Magos marcará positivamente história de Natal'



[Facebook](#)

[Twitter](#)

[E-mail](#)

[Imprimir](#)

[WhatsApp](#)

O presidente da Federação do Comércio do Rio Grande do Norte (Fecomércio), Marcelo Queiroz, se pronunciou sobre a demolição das ruínas do Hotel Reis Magos. Nesta quarta-feira (08) a Prefeitura de Natal autorizou o início da derrubada do que ainda resta do antigo prédio.

“Recebemos, com alegria e entusiasmo, a notícia da autorização para demolição das ruínas do antigo Hotel Reis Magos. Registro minhas congratulações ao prefeito Álvaro Dias pela corajosa decisão, tomada com total respaldo legal, e visão desenvolvimentista que, sem dúvida, irá marcar positivamente a história de nossa cidade. Será um enorme primeiro passo rumo à retomada do crescimento daquela região da cidade, algo que tende a se complementar com as futuras mudanças no nosso Plano Diretor, que acreditamos serão aprovadas em breve pela Câmara Municipal do Natal”, disse Marcelo Queiroz.

Veículo: Tribuna da Justiça

Data: 08/01/2020

Caderno/Coluna:
Geral

Fecomércio

Aspecto:
Positiva



Presidente da Fecomércio diz que demolição de ruínas do Hotel Reis Magos é 1º passo desenvolvimentista para a área



O presidente da Fecomércio RN, Marcelo Queiroz, se pronunciou sobre a demolição das ruínas do Hotel Reis Magos.

Segue a íntegra:

“Recebemos, com alegria e entusiasmo, a notícia da autorização para demolição das ruínas do antigo Hotel Reis Magos. Registro minhas congratulações ao prefeito Álvaro Dias pela corajosa decisão, tomada com total respaldo legal, e visão desenvolvimentista que, sem dúvida, irá marcar positivamente a história de nossa cidade. Será um enorme primeiro passo rumo à retomada do crescimento daquela região da cidade, algo que tende a se complementar com as futuras mudanças no nosso Plano Diretor, que acreditamos serão aprovadas em breve pela Câmara Municipal do Natal”.

Veículo: NoMinuto

Data: 08/01/2020

Caderno/Coluna:
Geral

Fecomércio

Aspecto:
Positiva

Marcelo Queiroz parabeniza Álvaro Dias pela demolição do Hotel Reis Magos

Presidente da Fecomércio disse que o prefeito de Natal tomou uma "corajosa decisão".

Da redação, 8 de janeiro de 2020

[Compartilhar 0](#)

[Tweetar](#)

Arquivo/Fecomércio



Presidente da Fecomércio, Marcelo Queiroz, e o prefeito de Natal, Álvaro Dias, em abril de 2019 durante apresentação de pesquisa sobre o carnaval.

O presidente da Fecomércio, Marcelo Queiroz, publicou uma nota nesta quarta-feira (8) parabenizando o prefeito do Natal, Álvaro Dias, pela decisão de autorizar a demolição das ruínas do Hotel Reis Magos, na Praia do Meio.

De acordo com o empresário, o chefe do Executivo municipal tomou uma "corajosa decisão" e com "visão desenvolvimentista". Marcelo Queiroz disse ainda que a derrubada do prédio inabitado é "um enorme primeiro passo" para a retomada do crescimento da região.

O proprietário da empresa responsável pela demolição, Alexandre Duarte, informou que o trabalho deve durar 20 dias, além dos 60 que serão necessários para limpar o terreno do imóvel.



Quanto à utilização do espaço, o grupo Hotéis Pernambuco S/A, a empresa proprietária do local, informou que vai esperar a votação do Plano Diretor de Natal para deflagrar um novo empreendimento para a área do antigo hotel.

Confira a nota na íntegra de Marcelo Queiroz:

"Recebemos, com alegria e entusiasmo, a notícia da autorização para demolição das ruínas do antigo Hotel Reis Magos. Registro minhas congratulações ao prefeito Álvaro Dias pela corajosa decisão, tomada com total respaldo legal, e visão desenvolvimentista que, sem dúvida, irá marcar positivamente a história de nossa cidade. Será um enorme primeiro passo rumo à retomada do crescimento daquela região da cidade, algo que tende a se complementar com as futuras mudanças no nosso Plano Diretor, que acreditamos serão aprovadas em breve pela Câmara Municipal do Natal".

Veículo: Thaisa Galvão

Data: 08/01/2020

Caderno/Coluna:
Geral

Fecomércio

Aspecto:
Positiva

Presidente da Fecomercio ressalta 'corajosa decisão' do prefeito Álvaro Dias em mandar demolir prédio onde funcionou hotel

[0] Comentários | [Deixe seu comentário.](#)

Do presidente da Fecomercio/RN, Marcelo Queiroz, sobre a demolição dos restos mortais do prédio onde antigamente funcionou o Hotel Reis Magos, em Natal.

“Recebemos, com alegria e entusiasmo a notícia da autorização para demolição das ruínas do antigo Hotel Reis Magos. Registro minhas congratulações ao prefeito Álvaro Dias pela corajosa decisão tomada com total respaldo legal e visão desenvolvimentista que, sem dúvida, irá marcar positivamente a história de nossa cidade. Será um enorme primeiro passo rumo à retomada do crescimento daquela região da cidade, algo que tende a se complementar com as futuras mudanças no nosso Plano Diretor, que acreditamos, serão aprovadas em breve pela Câmara Municipal do Natal”.

Veículo: Blog do BG

Data: 08/01/2020

Caderno/Coluna:
Geral

Fecomércio

Aspecto:
Positiva

Presidente da Fecomércio sobre derrubada do Hotel Reis Magos: “Primeiro passo rumo à retomada do crescimento”



O presidente da Fecomércio RN, Marcelo Queiroz, se pronunciou sobre a demolição das ruínas do Hotel Reis Magos. Ele acredita que a medida vai ajudar no desenvolvimento econômico da cidade.

“Recebemos, com alegria e entusiasmo, a notícia da autorização para demolição das ruínas do antigo Hotel Reis Magos. Será um enorme primeiro passo rumo à retomada do crescimento daquela região da cidade, algo que tende a se complementar com as futuras mudanças no nosso Plano Diretor, que acreditamos serão aprovadas em breve pela Câmara Municipal do Natal”.

Veículo: Senadinho Macaíba	Data: 08/01/2020	Caderno/Coluna: Geral	Fecomércio	Aspecto: Positiva
-----------------------------------	-------------------------	---------------------------------	------------	-----------------------------

08

JANEIRO
2020
20:43

Presidente da Fecomércio RN, Marcelo Queiroz, se pronunciou sobre a demolição das ruínas do Hotel Reis Magos



Postado por [Administrador](#)



Rio Grande do Norte

Deixe um comentário

“Recebemos, com alegria e entusiasmo, a notícia da autorização para demolição das ruínas do antigo Hotel Reis Magos. Registro minhas congratulações ao prefeito Álvaro Dias pela corajosa decisão, tomada com total respaldo legal, e visão desenvolvimentista que, sem dúvida, irá marcar positivamente a história de nossa cidade. Será um enorme primeiro passo rumo à retomada do crescimento daquela região da cidade, algo que tende a se complementar com as futuras mudanças no nosso Plano Diretor, que acreditamos serão aprovadas em breve pela Câmara Municipal do Natal.”

Veículo: Robson Pires

Data: 08/01/2020

Caderno/Coluna:
Geral

Fecomércio

Aspecto:
Negativa

Vá morar lá perto, Marcelo!

Por Robson Pires, em Notas



O presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do RN (Fecomércio RN), **Marcelo Queiroz** pediu à governadora **Fátima Bezerra** de que não permita o tombamento das ruínas do antigo **Hotel Reis Magos**, de **Natal** (RN). Leia em nota mais abaixo.

Nossa sugestão ao Marcelo Queiroz: compre uma casa e vá morar lá perto já que é um local tão bacana.

Veículo: Tribuna do Norte
(impresso)

Data: 09/01/2020

Caderno/Coluna:
Natal

Notícia de Interesse

Aspecto:
Neutra

JÚLIO PINHEIRO
Editor do TN Online

ÍCARO CARVALHO
Repórter

A estrutura do antigo Hotel Internacional Reis Magos, localizado na zona Leste de Natal, começou a ser demolida na tarde desta quarta-feira (08), na Praia do Meio. Após anos de discussão sobre o tombamento ou não do local, o grupo dono do hotel conseguiu o alvará para derrubar o empreendimento. A derrubada completa deve acontecer nos próximos 20 dias e a limpeza do terreno em 60 dias. Os empresários donos do hotel aguardam definição da revisão do Plano Diretor de Natal para planejar projetos para a área.

A decisão sobre a demolição do hotel aconteceu na manhã desta quarta-feira logo após o Governo do Estado responder, ao Tribunal de Justiça do RN, que



FOTOS: ALEX RÉGIS

Dois máquinas trabalharam na tarde de ontem na demolição do prédio. Derrubada deve levar cerca de 20 dias e mais dois meses para limpeza do terreno

o tempo dado pelo TJ era insuficiente para tomar a decisão sobre o tombamento ou não do Hotel. Diante disso, a Prefeitura do Natal, autora da ação que pedia uma decisão sobre o hotel, emitiu o alvará de demolição.

“Os novos elementos trazidos pelo processo traduzem a complexidade do debate em torno do tombamento do Hotel com a consequente manutenção ou não da estrutura predial, sendo impossível a deliberação no diminuto prazo concedido pela decisão judicial”, disse o secretário Getúlio Marques Ferreira no documento enviado à Justiça. Ele justificou que um novo laudo técnico foi inserido no processo no dia 03 de janeiro.

O prefeito de Natal, Álvaro Dias, juntamente com secretários, acompanhou o início da demolição e repercutiu o assunto em coletiva de imprensa. Ele já havia se manifestado a favor da derrubada do hotel em outras oportunidades.

“Isso não é patrimônio histórico. Ruínas, o prédio caindo, já desmoralizou uma parte, pelo contrário: é um atentado ao ser humano, à vida humana que se coloca em risco. Isso é inadmissível, é preciso que se resolva. É uma contribuição para moder-

Hotel Reis Magos começa a ser demolido

« RUÍNAS » Após anos de discussão sobre possível tombamento do prédio, Prefeitura autoriza empresa a derrubar antiga estrutura que oferecia riscos

nizar nossa orla marítima. Temos uma das praias mais bonitas do mundo, não podemos permitir que obras como essa enfeiem e prejudiquem nossa cidade”, disse.

À tarde, por volta das 14h, o entorno do Hotel Reis Magos já contava com a presença de policiais, agentes da Secretaria de Mobilidade Urbana (SITU) e Guarda Municipal. As máquinas começaram a chegar às 14h30 e a primeira retroescavadeira entrou no Reis Magos às 15h10, dando

início à demolição. Banhistas, moradores da Praia do Meio e pessoas que passavam pelo local, acompanhavam o processo.

Bugueiro na Praia do Meio e no litoral de Natal há 30 anos, Paulo André da Silva, 56 anos, acredita que o hotel deveria ser recuperado. “Infelizmente os governos daqui procuram destruir o que fica do passado. Como foi abandonado, era até perigoso aqui à noite. É patrimônio né? Se for assim vão derrubar a Ribeira todinha. Aqui foi abandonado”.

O jornalista e fotógrafo Eduardo Alexandre Garcia, 66 anos, se disse contra a demolição justificando que a chegada do Hotel, em 1965, foi “o mais importante dos símbolos do turismo do Rio Grande do Norte”. “Era um prédio que poderia ter sido preservado. Quem vinha para Natal queria conhecer o Reis Magos”, argumentou.

Já a advogada Ana Keylla Santos, 46 anos, se mostrou favorável à demolição alegando que, na visão dela, não havia mais condi-



Prefeito Álvaro Dias: "É um atentado à vida humana"

ções de restaurar o hotel. "Natal perde a história. Mais uma vez o RN deixa para tomar suas atitudes quando não tem mais jeito. O nosso Estado, passando pelo que está passando, com crise de segurança, educação, tem condições de investir num tombamento desse?", questiona.

Ao todo, de acordo com Alexandre Duarte, coordenador da empresa contratada para tratar

da demolição do hotel, vão ser pelo menos 20 dias de trabalho para que o empreendimento venha ao chão por completo. Ao mesmo passo, serão necessários pelo outros 60 dias para concluir o descarte do material, que irá para uma empresa especializada em São José de Mipibu. Os prazos podem variar. Os custos do processo são todos da Hotéis Pernambuco S/A, dona do Reis Magos.

Futuro do imóvel aguarda definição do Plano Diretor

Os donos do Hotel Reis Magos ainda não têm definição do que vai ser feito no terreno onde funcionou o hotel. A expectativa é que os empresários tenham um projeto após as novas definições da revisão do Plano Diretor de Natal.

"Agente está aguardando a definição do Plano Diretor da cidade. O plano está sendo revisado, discutido. Não temos como fazer nenhum estudo, nenhum projeto ainda, porque estamos dependendo dessas novas regras que vão ser definidas para planejarmos alguma coisa para cá", disse o advogado João Vicente Gouveia, representante da Hotéis Pernambuco S/A.

O Plano Diretor de Natal, classificado uma das prioridades do Executivo, está em processo de revisão e deve chegar à Câmara Municipal em fevereiro deste ano. O volume de propostas para a cidade durante uma das etapas do processo fez com que o cronograma inicial fosse adiado.

Uma das mudanças no Plano Diretor propostas pela prefeitura é o aumento do gabarito da orla urbana, permitindo a construção de prédios mais altos. Na avaliação de Álvaro Dias, a mudança é necessária e o plano atual, em vigor desde 2007, possui restrições "desca-

bidas" e "retrogrado", na visão do prefeito. A Praia do Meio, inclusive, onde o Hotel Reis Magos está localizado, poderá passar por alterações.

Memória

Fechado desde 1995, o Hotel Reis Magos passou por três processos de tombamento e arrastou a discussão nos últimos anos sobre o valor histórico do hotel, inaugurado na década de 60 pelo então Governo do Estado.

Em 2014, o Governo do Estado, por meio da Fundação José Augusto (FJA), tombou de maneira provisória o Hotel Reis Magos, impedindo qualquer demolição no local. Paralelo a isso, a Instituto dos Amigos do Patrimônio Histórico e Artístico-Cultural e da Cidadania (IAPHACC) entrou com processo junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) pedindo o tombamento do local. Em fevereiro de 2017, o órgão negou o tombamento.

Paralelo a isso, corria outro processo proposto pelo Estado do Rio Grande do Norte. Em maio de 2019, em grau de recurso, o Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF5) negou o tombamento judicial, mas advertiu expressamente que a de-



João Vicente Gouveia, advogado do grupo proprietário

cisão não significava autorização para a demolição do imóvel, tendo em vista a tramitação de processos administrativos de tombamento nas esferas estadual e federal, e que "o tombamento provisório se equivale ao tombamento definitivo, o que impede alteração na estrutura do imóvel".

A decisão dizia que "o desprovisionamento do apelo e da remessa necessária não implicam decisão imediata para a demolição do referido imóvel. Em verdade, o que se está a decidir - tendo em conta que o próprio ente público foi quem buscou o Poder Judiciário, na tentativa de reforçar uma proteção que é

imposta pela própria lei e não houve reconvenção - é que, o processo administrativo de tombamento instaurado perante o Iphan - já finalizado - não constitui óbice para que se dê prosseguimento ao processo de autorização da demolição da edificação, perante o Município de Natal". A decisão é da Primeira Turma do TRF da 5ª Região.

Em agosto de 2019, o Conselho Municipal de Cultura e o Conselho de Turismo de Natal se posicionaram a favor da demolição do hotel Reis Magos. Antes, em julho de 2019, o Iphan chegou a reabrir o processo de tombamento e pediu prova de relevância nacional do

Hotel Reis Magos. Em setembro, o órgão federal negou novamente o processo.

Em novembro, a Prefeitura do Natal entrou com ação na Justiça para que o Governo do Estado resolvesse a questão do tombamento provisório do Hotel Reis Magos. A prefeitura, já favorável à demolição, dependia da decisão do Estado para autorizar a derrubada do hotel. No dia 20 de dezembro, o TJRN deu prazo de 15 dias para que o Governo do Estado decidisse sobre o futuro do hotel. O prazo dado foi “improrrogável”, segundo o TJRN. O Governo alegou, nesta terça-feira (07), que não teve tempo para avaliar o tombamento devido a um novo laudo ter sido anexado no processo, no dia 03 de janeiro.

O Hotel

Localizado na Praia do Meio, o Hotel Internacional Reis Magos foi fundado em setembro de 1965 pelo então governador do Rio Grande do Norte, Aluizio Alves. O empreendimento funcionou como hotel de luxo entre 1965 e 1995, quando foi desativado. Atualmente, o local estava em ruínas, deteriorado e acumulando lixo e sujeira.

O complexo possuía 63 apartamentos, uma suíte presidencial, recepção, salões nobres, elevadores, parque aquático, sauna, playground, restaurante, estaciona-

mento, entre outras áreas. O empreendimento foi adquirido pelo grupo Hotéis Pernambuco S/A em 1978, que operou o local por 10 anos, após uma grande reforma em 1979/1980. Depois, o local foi arrendado de 1989 a 1995; e de 1995 a 2002. Nesse último período houve ordem de despejo litigioso para o ocupante.

Em 2013, o grupo anunciou que faria a demolição do prédio para a construção de um empreendimento comercial, mas a proposta gerou desconforto e protestos por parte de estudantes de arquitetura. Na avaliação da defesa da empresa, laudos comprovavam que a estrutura do prédio não suportaria uma restauração.



O QUE

Veja as primeiras imagens da demolição do antigo hotel iniciada ontem





Fecomércio RN
Sesc | Senac



JORNAIS - PORTAIS - BLOGS

ANÁLISE DE MÍDIA
BRASIL

Veículo: Folha de São Paulo

Data: 09/01/2020

Caderno/Coluna:
Mercado

Notícia de Interesse

Aspecto:
Neutra

INSS pode ter segunda força-tarefa em seis meses para reduzir fila de espera

Bônus e digitalização não reduzem atraso de benefícios sem resposta, que chega a 2,3 mi de pedidos

Fernanda Brigatti
e Thiago Resende

SÃO PAULO E BRASÍLIA Menos de seis meses depois de anunciar que zeraria o estoque de pedidos de benefícios sem resposta, o governo Jair Bolsonaro prepara uma nova força-tarefa para acabar com os atrasos no INSS.

A tentativa anterior, anunciada em agosto, não vingou.

Sem previsão de concurso para preencher as 11 mil vagas abertas pela aposentadoria de servidores desde 2015, as estratégias para resolver a fila vêm apostando em tecnologia, como na digitalização de processos. Criação de centrais especializadas, pagamento de bônus por produtividade e até teletrabalho integram as medidas tentadas até agora.

Na prática, porém, o resultado para quem depende do atendimento do INSS muda muito pouco. A demora em uma resposta prejudica, por exemplo, idosos à espera de aposentadorias ou viúvas e viúvos aguardando a pensão.

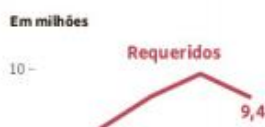
Em dezembro, o tempo médio de espera por uma resposta era de 59 dias, acima dos 45 considerados razoáveis pela legislação.

Em média, 900 mil novos requerimentos entram por mês no INSS. Em novembro,



Fila em posto de atendimento do INSS; 900 mil requerimentos de benefício entram por mês Antonio Cruz - 20.mai/11/Agência Brasil

Números de benefícios esperando resposta



lançados no em seu cadastro, concede ou recusa o pedido.

A nova força-tarefa foi discutida pelo governo na segunda-feira (6). A primeira tentativa de mudar a sistemática de análise para acabar com a fila foi em 2018, durante o governo de Michel Temer (MDB).

aeroportos foram cedidos ao INSS para tentar reduzir o estoque. O INSS tem 23 mil servidores ativos.

Em 2018, a gestão Temer criou a Central de Análise nas gerências-executivas. Servidores puderam trabalhar de forma remota, mas com dedicação

ção Continuada) pago a pessoas com deficiência também será incluído no pente-fino. O pente-fino também é uma medida importada pelo governo Bolsonaro da gestão Temer.

Colaborou Clayton Castelan, do Agora

2,3 milhões de pedidos de benefícios sociais e previdenciários compunham o estoque.

Outras tentativas de zerar a fila falharam. Da longa espera em frente aos postos do antigo INPS, a espera hoje é virtual. O trabalhador faz o pedido pelo site meu.inss.gov.br ou pela Central 135 e espera. Em muitos casos, nem ao INSS ele vai.

Em agosto, quando anunciou a estratégia anterior, o presidente do INSS, Renato Vieira, queria acabar com o estoque, que naquele mês era de 1,3 milhão de pedidos de benefícios, em até quatro meses.

A estratégia previa aliar o pagamento do bônus iniciado em maio com a criação de centrais especializadas em tipos específicos de benefícios.

Outras condições de trabalho passaram a ser permitidas, e há quem analise processos de concessão aos fins de semana e durante as madrugadas. A produtividade, segundo o INSS, aumentou, mas a fila não caiu.

A concessão automática —ou remota— de benefícios também é outra promessa que custa a engatar.

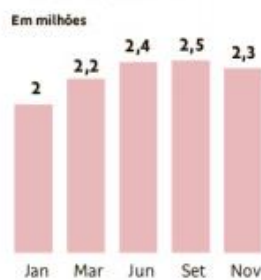
Há anos o INSS promete que a digitalização de dados e documentos da vida laboral de trabalhadores permitirá concessões em poucas horas —e até mesmo em 30 minutos.

Em média, em 2019, 73,7 mil benefícios foram analisados de modo automático, todos os meses. No ano anterior, esse número ficou em 9.000.

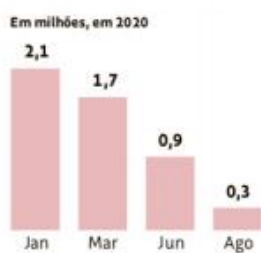
Nesses casos, o segurado faz o pedido de benefício (pelo site ou pelo telefone), e o sistema, após analisar os dados



Estoque de pedidos



Estoque a partir de redução projetada pelo governo com aumento de produtividade



Fonte: Secretaria Especial de Trabalho e Previdência e Boletim Estatístico da Previdência Social

As forças-tarefa —a anunciada pela atual gestão do INSS em agosto, a do governo anterior e a nova, ainda em estudo— têm em comum o foco em tentar aumentar a produtividade dos servidores do INSS.

A tecnologia aplicada à gestão no INSS deveria dar agilidade ao sistema, mas essa eficiência não chegou ao atendimento buscado pelo cidadão, que ainda espera muito.

Agora, o atual governo tem mais um desafio: a demora para que o sistema passe a funcionar com as novas regras de concessões de benefícios como aposentadorias e pensões estabelecidas pela reforma da Previdência, em vigor desde o dia 13 de novembro de 2019.

A responsável pela adaptação é a Dataprev (empresa pública responsável pelo sistema da Previdência Social). Apesar de a reforma ter sido aprovada em outubro, a empresa ainda não atualizou os sistemas —e não há prazo para liberar novas análises.

Os atrasos da Dataprev não param por aí. O relatório anual com dados detalhados sobre a Previdência de 2018 até hoje não foi publicado. Isso estava previsto para novembro do ano passado.

Do lado do INSS, a ideia é reforçar o quadro de funcionários para analisar os pedidos de benefícios. Está em estudo a contratação de servidores temporários, obter ajuda de militares em reserva ou realocar pessoal de outros órgãos, como a Infraero.

No ano passado, 319 funcionários da estatal de gestão de

exclusiva à análise de pedidos de benefícios.

No ano passado, o presidente do INSS apresentou outra ampla estratégia que prometia zerar a fila até dezembro.

Foi instituído o programa de dispensa de horário dos servidores, que passariam a ser cobrados pela quantidade de análises no mês em vez da jornada tradicional de trabalho.

Em nota técnica encaminhada ao deputado Domingos Neto (PSD-CE), relator do projeto de lei do Orçamento da União para 2020, a Secretaria de Previdência diz que a "efetividade do pagamento da bonificação, associada ao aumento da produtividade dos servidores e do aumento da automatização da concessão" levará à redução no estoque.

A previsão do governo é que, de 2,4 milhões em agosto de 2019, o número de benefícios aguardando resposta caia a 285 mil em agosto deste ano.

A expectativa do governo é que a melhora na velocidade das concessões resulte em mais gastos. Para equilibrar as despesas, deverá haver um esforço com a retomada no pente-fino nos benefícios por incapacidade, que será feito paralelamente à nova força-tarefa.

Somente neste ano, cortes de benefícios que dependem de avaliação médica para serem mantidos podem resultar em uma economia de R\$ 5 bilhões. Na primeira etapa, prevista para este mês, 300 mil segurados que recebem auxílio-doença deverão ser chamados.

O BPC (Benefício de Presta-

Empresa de dados da Previdência demitirá 14% dos funcionários

Julio Wiziack

BRASÍLIA A Dataprev, estatal responsável pelo processamento de dados das aposentadorias concedidas pelo INSS, vai demitir 14% de seus funcionários até fevereiro.

A medida faz parte de um plano de reestruturação que pode ajudar no processo de privatização da companhia.

Ao todo, serão desligadas 20 unidades regionais que hoje empregam 493 funcionários que prestam atendimento aos clientes da Dataprev.

A empresa tem 3.360 empregados. A grande maioria dos servidores que atuam no atendimento presta esclarecimentos a dúvidas do INSS.

Para estimular o desligamento, a estatal ofereceu uma multa de 25% do saldo do FGTS (5% a mais do que define a nova regra da legislação trabalhista em casos de acordo) e um adicional à vista de um ano de depósitos no plano de previdência fechada.

Quem aderir terá assistência médica por um ano até um teto de R\$ 300 mil. Caso não aceite o acordo, o funcionário terá a multa de 40% sobre o saldo do FGTS e não ficará com os demais benefícios.

As adesões serão feitas até 20 de janeiro. A Dataprev vai desembolsar R\$ 56 milhões em indenizações para economizar R\$ 93 milhões por ano.

Veículo: Estadão

Data: 09/01/2020

Caderno/Coluna:
Economia

Notícia de Interesse

Aspecto:
Neutra

Gargalo. Crise envolve dois grandes obstáculos, a fila gigantesca de pedidos de benefícios herdada de 2018, quando começou novo processo de digitalização, e o atraso da Dataprev para desenvolver um sistema para analisar pensões e aposentadorias pós-reforma

Dois meses após reforma, força-tarefa tenta reduzir fila de 1,2 milhão no INSS

Idiana Tomazelli / BRASÍLIA

O governo prepara uma estratégia de guerra para tentar pôr fim à extensa fila de espera de 1,2 milhão de pedidos por benefícios do INSS e conseguir colocar em funcionamento o novo sistema do órgão, já com a incorporação das mudanças aprovadas na reforma da Previdência. Apenas dois meses após a promulgação das novas regras, integrantes do governo decidiram agir.

A crise envolve dois grandes obstáculos: a enorme fila de pedidos de benefícios herdada de 2018 e o atraso da Dataprev no desenvolvimento do novo sistema do INSS para análise de benefícios, já com as regras da reforma da Previdência.

As alternativas em estudo envolvem remanejamento de servidores. Também se avalia a contratação de terceirizados para atuar no atendimento ao pú-

blico nas agências do INSS – liberando funcionários do órgão para trabalhar nas análises dos benefícios.

Mesmo fora de Brasília, integrantes do governo têm conversado sobre o assunto, que ganhou status de urgente após o crescimento das reclamações de demora nas análises de pedidos de benefício. O tema também foi tratado em uma reunião na Secretaria Especial de Previdência e Trabalho realizada segunda-feira.

O INSS informou na terça-feira ao *Estadão/Broadcast* que não havia previsão de normalização nas análises de pedidos de benefícios. Dentro do governo, porém, a avaliação é de que não é mais possível lidar com o problema sem o estabelecimento de prazos específicos.

Fontes do governo afirmam que o INSS tem tido problemas para desatar o “nó” que virou o passivo de pedidos recebidos em 2018.

Naquele ano, o INSS iniciou seu processo de digitalização, implementado inicialmente de forma “atabalhoada”, segundo uma fonte que participa das discussões. Houve maior facilidade para pedir os benefícios, mas o ritmo das análises não acompanhou a mesma velocidade. O resultado foi o represamento de 1 milhão de pedidos.

Com a instituição de um bônus de produtividade e a fixação de metas para os servidores do INSS em 2019, o órgão tem conseguido, desde agosto, analisar mais pedidos do que o número de novas solicitações nos últimos meses, mas ainda não foi suficiente para zerar o passivo. Ainda há atualmente 1,2 milhão de pedidos em atraso.

A legislação prevê que nenhum segurado deve esperar mais que 45 dias para ter seu pedido de benefício analisado pelo INSS. Hoje, esse prazo está em 120 dias.

O INSS tem sofrido baixas no quadro de pessoal. Só no ano passado, mais de 5,7 mil servidores do órgão se aposentaram. Segundo apurou o *Estadão/Broadcast*, cerca de 20% do quadro de funcionários ativos do INSS está em licença-saúde.

Veículo: O Globo

Data: 09/01/2020

Caderno/Coluna:
Economia

Notícia de Interesse

Aspecto:
Neutra

Governo prepara força-tarefa para acelerar aposentadorias

Desde a entrada em vigor das novas regras da Previdência, em novembro, nenhum pedido foi aprovado. Ideia é remanejar servidores de outros órgãos para atendimento

GERALDA DOCA
geralda@bsb.oglobo.com.br
BRASÍLIA

O governo vai adotar medidas para acelerar a concessão de benefícios do INSS e reduzir o número de processos represados. Atualmente, mais de dois milhões aguardam aprovação, sendo 1,489 milhão previdenciários e o restante assistenciais, como Benefício de Prestação Continuada (BPC). O governo avalia a criação de uma força-tarefa para diminuir a fila de espera e se prepara para editar decreto com o novo regulamento da Previdência, com as mudanças trazidas pela reforma em vigor desde 13 de novembro.

A minuta do texto já está sendo discutida pela área técnica do governo, e a expectativa é que seja divulgada nos próximos dias. Esse

ato é necessário para ajustar os sistemas, pois, desde a entrada em vigor das novas regras, nenhum pedido de aposentadoria foi atendido. Somente estão sendo con-

cedidos benefícios que não foram alterados pela reforma. Depois de quase dois meses, os sistemas ainda não foram atualizados.

A ideia é também remane-

jar servidores de outros órgãos e contratar terceirizados para o atendimento nas agências, liberando os funcionários treinados para a análise dos processos.

A assessoria do INSS disse em nota que foi a “maior e mais profunda reforma no sistema previdenciário do país”, com mudanças nas regras de acesso, idade, alíquotas, transição e cálculo, entre outras:

“Para tanto, todos os sistemas de concessão de benefícios da Previdência Social precisam ser ajustados às novas regras, o que já vem sendo feito. Nenhum cálculo de atendimento de regras ou definição de valores de benefícios concedidos pelo INSS é feito de forma manual pelos servidores, mas por sistemas que cumprem esse papel com segurança e uniformidade”, explica a nota.

OPINIÃO DO GLOBO INSEGURANÇA

HÁ TODA uma discussão técnica que pode ser travada sobre a redução do subsídio à energia solar, considerando-se que se trata de uma fonte limpa e que, portanto, deve ser incentivada. No debate pode-se também avaliar a forma como este subsídio é pago pela sociedade.

MAS NÃO é concebível que o presidente da República, Jair Bolsonaro, intervenha

em um organismo fora do seu alcance institucional, a agência reguladora do setor, a Aneel, para que ela volte atrás na ideia de reduzir os incentivos.

SÓ FAZ desestimular investimentos privados em infraestrutura, que afirma defender, por pressionar um órgão independente, criando insegurança jurídica.